

Empregados da Ebserh reivindicam medidas urgentes de segurança

Com a pandemia de Covid-19, os empregados públicos da Ebserh, que constituem a base de trabalhadores representados pela Condsef/Fenadsef, estão correndo risco de infecção e de propagação do novo coronavírus por estarem na linha de frente do combate à pandemia. Na semana passada, só o Hospital Júlio Müller, de Cuiabá, teve oito trabalhadores com resultado positivo para a doença. Diante da circunstância preocupante que ainda se alastra pelo Brasil, a Confederação encaminhou ofício ao Diretor de Gestão de Pessoas da empresa, Rodrigo Augusto Barbosa, com reivindicações que exigem atendimento urgente para segurança dos trabalhadores e da população em geral.

Os empregados pedem à gestão da Ebserh que a empresa garanta vagas em hotéis nos estados, no sentido de acolher os trabalhadores que estão atuando diretamente no combate a Covid-19, evitando situações de risco para seus familiares e para a população. Levantamento divulgado pela Internacional dos Serviços Públicos (ISP) mostrou que 20% das pessoas que participaram da enquete sobre segurança no trabalho são usuárias de transporte público e podem contaminar mais pessoas.

A participação dos empregados nos comitês de crise que foram instituídos pela empresa é uma das reivindicações centrais dos trabalhadores neste momento, que têm competência e experiência para contribuir neste momento da melhor forma possível. A exclusão do corpo técnico da Ebserh desses grupos de decisão tem sido duramente criticada pelos empregados e pela Confederação há exatamente um mês, quando houve apresentação da primeira reivindicação dos trabalhadores à empresa neste momento de pandemia.

O documento encaminhado nesta quarta-feira, 22, também solicita que a sede da Ebserh encaminhe para todas as superintendências esclarecimentos a respeito do pagamento parcial do adicional de insalubridade. O aprimoramento da comunicação entre empresa e entidades sindicais também é reivindicação dos trabalhadores, que propõem uso da Rede Universitária de Telemedicina (Rute) como solução.

Por último, mas não menos importante, a Confederação solicita reunião por videoconferência ainda no mês de abril para que as tratativas do ACT 2020-2021 possam ter continuidade. Segundo o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, é necessário agilidade nessa negociação porque o último acordo foi exaustivo. "O processo do último ACT foi traumático, passamos mais de ano discutindo e tivemos desfecho judicial, resolvido recentemente com homologação de dissídio pelo TST. Queremos um acordo sem ter que recorrer ao balcão da Justiça", finalizou o Secretário-geral.

Minas Gerais

Desde o início da pandemia, o SINDSEP-MG tem encaminhado ofícios às superintendências dos órgãos e empresas públicas federais solicitando informações sobre o cumprimento das medidas de segurança recomendadas pelo próprio governo.

O SINDSEP-MG está atento a todas as questões que envolvem os direitos dos trabalhadores e vai continuar cobrando a adoção de políticas que garantam a saúde e a integridade física de todos os servidores e emprega, principalmente daqueles que atuam na linha de frente do combate ao coronavírus.

Questionário da ISP levanta dados sobre linha de frente no combate à pandemia da covid-19

O SINDSEP-MG orienta todos os servidores e empregados públicos da sua base que atuam na linha de frente no momento de pandemia da Covid-19 a participarem da campanha "Trabalhadores e Trabalhadoras Protegidos Salvam Vidas" da Internacional de Serviços Públicos (ISP). Para participar é só entrar no site www.trabalhadoresprotegidos.com.br e responder ao questionário disponível. É rápido e simples, três tópicos apenas. O entrevistado informa dados pessoais como idade e gênero, além de falar sobre o local de trabalho e suas respectivas condições.

A ISP trabalha na produção de dados que mostrem que a covid-19 é uma ameaça à segurança e saúde no trabalho, inclusive em respeito às Convenções 155, 187 e 161 bem como das Recomendações 194, 197 e 171 e o Protocolo da Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E, partir desses dados, será produzido um diagnóstico para reivindicar condições de trabalho junto aos gestores públicos e privados de saúde, além de levantar informações para promover campanha e demais ações sindicais.

O secretário de Relações Internacionais da Condsef/Fenadsef, Edvaldo Pitanga, que faz parte da ISP Brasil, explica que a campanha surgiu para que se tenham dados mais precisos sobre esses trabalhadores que atuam na linha de frente do combate à covid-19, já que os dados oficiais do governo nem sempre refletem a verdade.

"Numa análise preliminar que fizemos no último dia 21 já foi possível identificar pelo menos duas situações importantes como a insuficiência de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e os impactos da pandemia na saúde mental desses trabalhadores", conta Pitanga.

Até o último dia 21 tinham sido aplicados pouco mais de mil questionários. A ideia é ampliar bastante esse número para que os dados se aproximem cada vez mais da realidade. "Não existe uma meta para atingirmos, mas pedimos a colaboração desses profissionais. Quanto mais pessoas participarem, melhor", explica Pitanga.

A ISP lembra que os serviços essenciais são aqueles na área de saúde, assistência social, educação, segurança pública, sistema prisional, judiciário, asseio e conservação, limpeza pública, coleta de resíduos sólidos, funerárias e cemitérios, água e saneamento, energia e também o setor de tributação, pois em diversos países, essas categorias trabalham para sustentar as medidas de isolamento social.

Coronavírus atinge 285 servidores públicos federais, aponta o Ministério da Economia

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME) divulgou nesta quarta-feira informações atualizadas sobre o trabalho remoto e casos confirmados da covid-19 entre servidores públicos do Executivo Federal Civil.

De acordo com os dados apurados na semana de 13 a 17 de abril, 46,13% dos funcionários públicos federais estão trabalhando em casa, no modelo de teletrabalho. Os casos confirmados do novo coronavírus registrados no sistema subiram de 165 para 285 de uma semana para outra, aumentando 72% nesse curto período.

A pasta informou que esses números não incluem as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), já que o Ministério da Educação divulga o retrato da situação dessas instituições.

Excetuando-se as Ifes, mais da metade (51,67%) das unidades administrativas de gestão de pessoas encaminharam os dados à SGP referentes à semana de 13 a 17 de abril. Esse montante corresponde a 168,4 mil servidores ativos, o que equivale a 60,35% dos servidores públicos federais ativos (sem as Ifes).

União quer congelamento salarial de servidores por longo período

A depender de técnicos do Ministério da Economia e até do Congresso Nacional, o funcionalismo público federal passará um bom período sem reajustes salariais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já defendeu inúmeras vezes o congelamento até 2022, não só na União, mas em todos os entes.

Além disso, há agora um movimento para frear correções remuneratórias por mais tempo. Essa ideia ganhou força diante do novo cenário econômico que se desenha em decorrência da pandemia do coronavírus.

A avaliação é de que as consequências das medidas de isolamento social, necessárias para conter o avanço da covid-19, serão graves para as finanças públicas.

Diante disso, na União, a intenção é segurar qualquer tipo de aumento salarial para os cerca de 600 mil servidores ativos, além dos inativos que têm direito à paridade, até que a economia comece a mostrar alguma recuperação, o que deve demorar.

Reposições condicionadas a aprovação de reformas

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, é um dos que defendem recorrentemente o congelamento salarial.

Em entrevista, em 9 de fevereiro, ou seja, antes da pandemia, Mansueto já havia condicionado qualquer proposta de reajuste à aprovação de reformas, como a administrativa, que alcançará apenas futuros servidores.

"Não dá é para ter reajustes contínuos e para todo mundo. Isso vai ter que ser mais organizado", afirmou ele, lembrando que carreiras do topo do funcionalismo, como auditores da Receita, tiveram reajuste (parcelado) em 2016, 2017, 2018 e 2019.

E novas reposições dependerão de como ficará a economia no país.